

26 de novembro de 2020

Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas – COVID-19

Novembro de 2020

COVID-19: acompanhamento do impacto da pandemia nas empresas

Mais de metade das empresas respondentes reportou um impacto negativo ou muito negativo na evolução presente do volume de negócios associado à redução das encomendas/clientes (59%) e às novas medidas de contenção (56%). Estas percentagens sobem para 84% e 82%, respetivamente, entre as empresas do setor do *Alojamento e restauração*.

As empresas que beneficiam atualmente de apoios anunciados pelo Governo devido à pandemia COVID-19 representam entre 19% e 30% do total, dependendo da medida. A maioria das empresas beneficiárias avaliam as medidas como muito importantes para a sua situação de liquidez. Pelo menos 50% das empresas do *Alojamento e restauração* beneficiavam de alguma medida apresentada pelo Governo no período de inquirição.

85% das empresas deverão manter os postos de trabalho até ao final de 2020, enquanto 10% das empresas têm planos para a sua redução. Em 2021, 74% das empresas planeiam manter os postos de trabalho, sendo a percentagem que planeia aumentar e reduzir idêntica. No *Alojamento e restauração*, a proporção de empresas que planeia reduzir os postos de trabalho, quer até ao final do ano quer em 2021, ronda os 35%.

Relativamente a alterações permanentes na forma de trabalhar motivadas pela pandemia, 59% das empresas consideram muito provável a redução do número de viagens de negócios e 31% o uso mais intensivo do teletrabalho.

Num cenário de controlo efetivo da pandemia em 2021, 34% das empresas consideram que a atividade já voltou ou voltará ao normal num intervalo médio de 9,8 meses. No mesmo contexto, 4% das empresas não preveem o retorno ao nível normal e 62% não conseguem antecipar se o seu volume de negócios voltará ou não ao nível normal.

90% das empresas manifestam um grau de preocupação elevado ou moderado face a um agravamento ou prolongamento das medidas de contenção da pandemia a implementar pelo Governo.

84% das empresas não preveem o encerramento num cenário de agravamento das medidas de contenção da pandemia e de ausência de medidas adicionais de apoio. Em oposição, 16% das empresas estimam conseguir subsistir, em média, apenas cerca de 7 meses num tal cenário. Nas empresas do setor do *Alojamento e restauração*, esta percentagem situa-se em 42% e o tempo médio de subsistência em 5,3 meses.

Pelo menos 40% das empresas consideram muito importante uma extensão das medidas de apoio do Governo face a um cenário de agravamento das medidas de contenção. No *Alojamento e restauração*, 90% e 79% das empresas consideram muito importante o alargamento ou reposição do *layoff* simplificado e a suspensão de obrigações fiscais e contributivas.

Apenas 8% das empresas tencionam recorrer aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência ("*Next Generation EU*"). Das restantes, 45% consideram que não existe ainda informação disponível suficiente para uma tomada de decisão.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Banco de Portugal (BdP) lançaram, no passado mês de abril, o Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas – COVID-19 (COVID-IREE), baseado num questionário de resposta rápida, com o

objetivo de identificar alguns dos principais efeitos da pandemia COVID-19 na atividade das empresas. O inquérito começou por ter uma frequência semanal, tendo passado a quinzenal no mês de maio. Atendendo à evolução das restrições à atividade económica decorrentes da pandemia COVID-19, o questionário esteve suspenso desde o passado mês de agosto. Contudo, considerando o atual agravamento das condições de emergência sanitária, o INE e o BdP decidiram realizar mais uma edição do inquérito, com um conjunto reformulado de questões, visando reavaliar os efeitos da pandemia na atividade das empresas e avaliar a perceção das empresas face a um conjunto de cenários possíveis. A recolha relativa a esta edição decorreu na semana de 11 a 19 de novembro.

É importante referir que os resultados deste inquérito se referem **exclusivamente** às empresas respondentes nesta edição do inquérito (cerca de 6 mil)¹. Estas empresas correspondem basicamente a uma amostra representativa subjacente ao cálculo dos índices de volume de negócios setoriais mensalmente publicados pelo INE. Para mais informação recomenda-se a leitura da nota técnica no final deste destaque.

O INE e o Banco de Portugal agradecem uma vez mais a cooperação das empresas neste momento difícil que o país atravessa.

I. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS

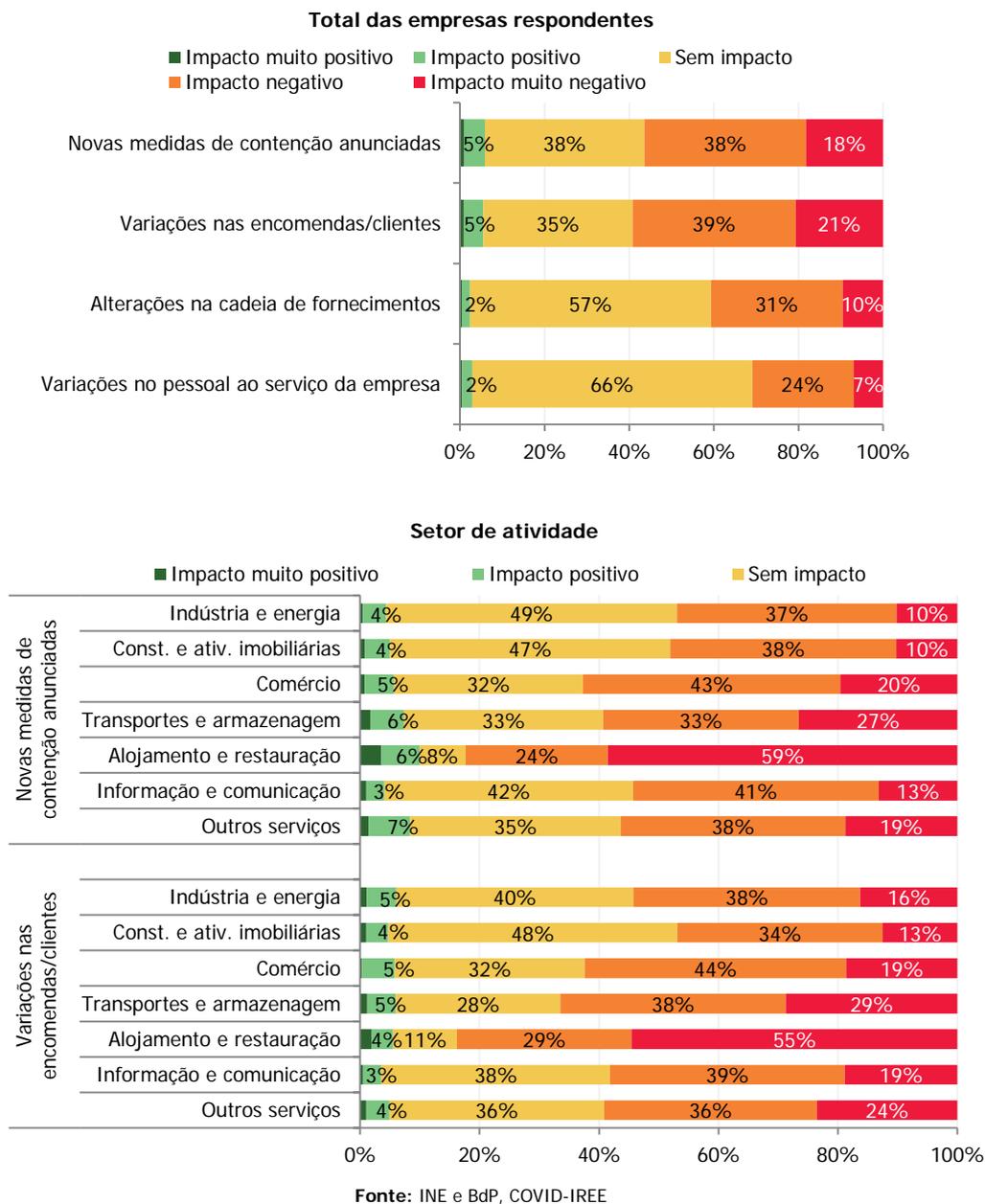
Impacto de alterações decorrentes da pandemia COVID-19 no volume de negócios das empresas

A maioria das empresas referiu um impacto negativo na evolução presente do volume de negócios resultante da variação das encomendas/clientes e das novas medidas de contenção

- Para 59% das empresas respondentes, as variações nas encomendas/clientes têm um impacto negativo ou muito negativo na evolução presente do volume de negócios, sendo que 21% das empresas consideram este impacto muito negativo. As novas medidas de contenção foram referidas por 56% das empresas como tendo um impacto negativo ou muito negativo sobre a evolução do volume de negócio (18% das empresas no segundo caso).
- As respostas não apresentam diferenças assinaláveis por dimensão de empresa.
- Por setor de atividade, o *Alojamento e restauração* é aquele em que as alterações decorrentes da pandemia COVID-19 têm maior impacto negativo ou muito negativo sobre a evolução do volume de negócios das empresas. Para 82% das empresas deste setor, as novas medidas de contenção anunciadas afetam negativamente a evolução do volume de negócios, sendo que 59% das empresas reportam um impacto muito negativo. De forma associada, as variações nas encomendas/clientes foram referidas por 84% das empresas do *Alojamento e restauração* como tendo um impacto negativo ou muito negativo sobre o volume de negócios (muito negativo para 55% das empresas deste setor).

¹ Número de respostas válidas até ao final do dia 19 de novembro, correspondendo a uma taxa de resposta de 65,8%.

Figura 1 • Impacto de alterações decorrentes da pandemia COVID-19 na evolução do volume de negócios das empresas, em % do total de empresas



Importância das medidas apresentadas pelo Governo para a situação de liquidez das empresas

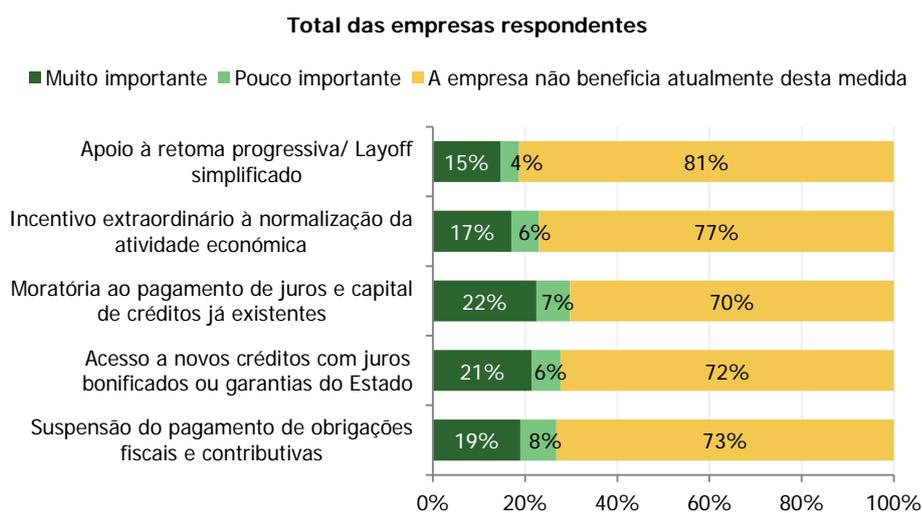
A maioria das empresas que beneficiam atualmente das medidas de apoio do Governo consideram-nas muito importantes para a sua situação de liquidez

- As empresas que beneficiam atualmente de apoios anunciados pelo Governo devido à pandemia COVID-19 representam entre 19% e 30% do total, dependendo da medida.
- 30% das empresas beneficiam atualmente da moratória ao pagamento de juros e capital de créditos já existentes, sendo considerada uma medida muito importante para a situação de liquidez por 22% das empresas. Uma

percentagem semelhante de empresas reporta o acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado e o recurso à suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas (28% e 27%, respetivamente). A proporção de empresas que beneficia atualmente do incentivo extraordinário à normalização da atividade económica (23%) é ligeiramente superior à percentagem que beneficia do apoio à retoma progressiva/*layoff* simplificado (19%).

- O setor do *Alojamento e restauração* destaca-se claramente com a maior proporção de empresas a beneficiarem atualmente das medidas do Governo: 58% no apoio à retoma progressiva/*layoff* simplificado, 56% no incentivo extraordinário à normalização da atividade económica, 50% na moratória ao pagamento de juros e de capital de créditos já existentes, no acesso a novos créditos e na suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas.

Figura 2 • Grau de importância das medidas apresentadas pelo Governo devido à pandemia COVID-19 para a situação de liquidez das empresas, em % do total de empresas



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

II. ANÁLISE DA SITUAÇÃO LABORAL E DA FORMA DE TRABALHAR DAS EMPRESAS

Expetativa de evolução dos postos de trabalho das empresas até ao final de 2020, face à situação atual

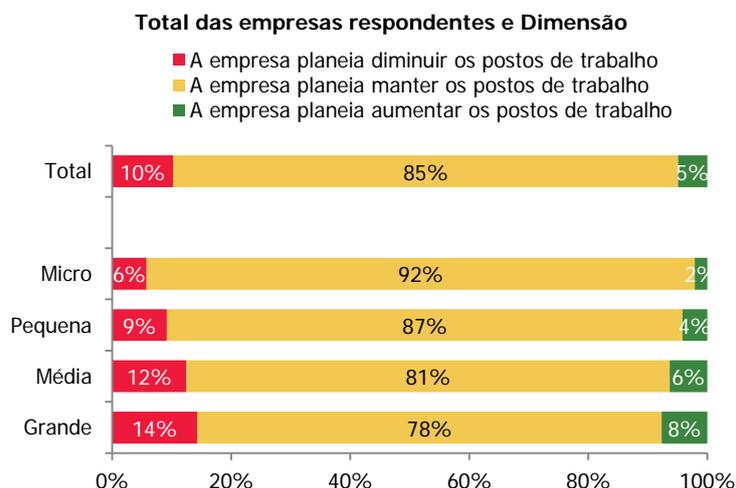
85% das empresas planeiam manter os postos de trabalho até ao final de 2020

- Face à situação atual, a grande maioria das empresas (85%) planeia manter os postos de trabalho até ao final de 2020. Estas empresas correspondem a 68% do total do pessoal ao serviço das empresas respondentes. A percentagem de empresas que planeiam reduzir os postos de trabalho é de 10%, face a 5% que planeiam

aumentar os postos de trabalho até ao final de 2020 (correspondendo a 21% e 11%, respetivamente, do pessoal ao serviço).

- A proporção de empresas com intenção de redução dos postos de trabalho até ao final de 2020 é proporcionalmente crescente com a dimensão da empresa, sendo 6% nas micro e 14% nas grandes empresas. O mesmo acontece relativamente à percentagem de empresas com intenções de aumentar os postos de trabalho, sendo de apenas 2% entre as micro empresas e 8% entre as grandes empresas.
- As empresas do setor do *Alojamento e restauração* são as que mais planeiam reduzir os postos de trabalho até ao final do ano (36%). Em contraste, o setor da *Informação e comunicação* registou a maior proporção de empresas com planos de aumento dos postos de trabalho no mesmo período (11%).
- Em termos da magnitude de redução prospetivada, 6% das empresas planeiam diminuir até 10% dos postos de trabalho até ao final de 2020. Apenas 2% das empresas referiram que esta redução poderá ser superior a 20% dos postos de trabalho. Por outro lado, 4% das empresas têm planos para aumentar o emprego até 10% até ao final do ano.
- No *Alojamento e restauração*, estima-se que as reduções sejam superiores a 20% dos postos de trabalho em 10% das empresas deste setor. No setor de *Informação e comunicação*, o aumento poderá atingir 15% dos postos de trabalho em 9% das empresas.

Figura 3 • Expetativa de evolução dos postos de trabalho das empresas até ao final de 2020, em % do total de empresas



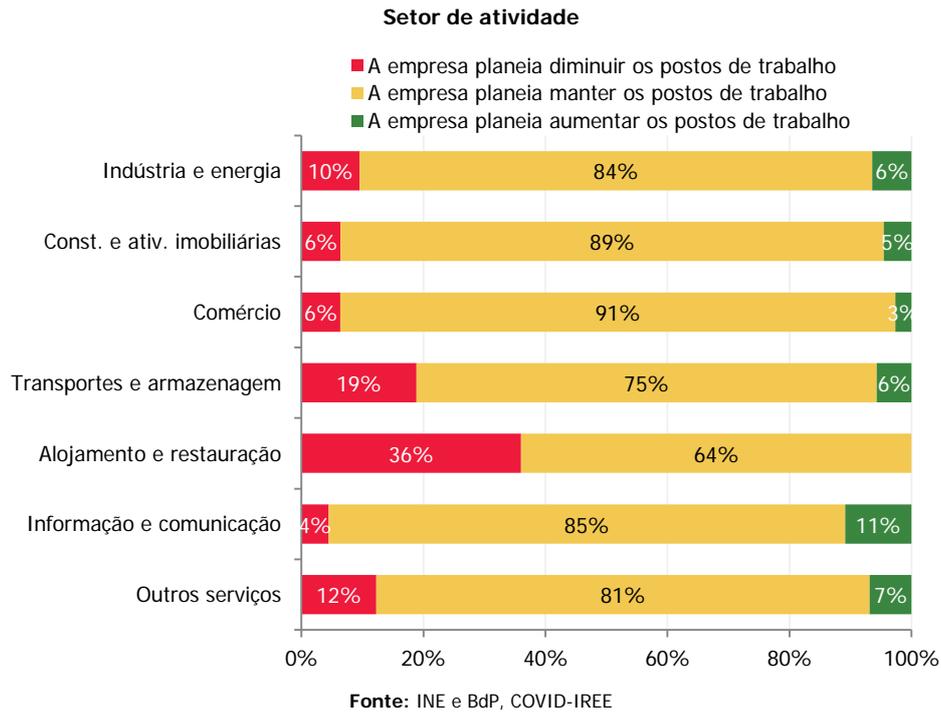
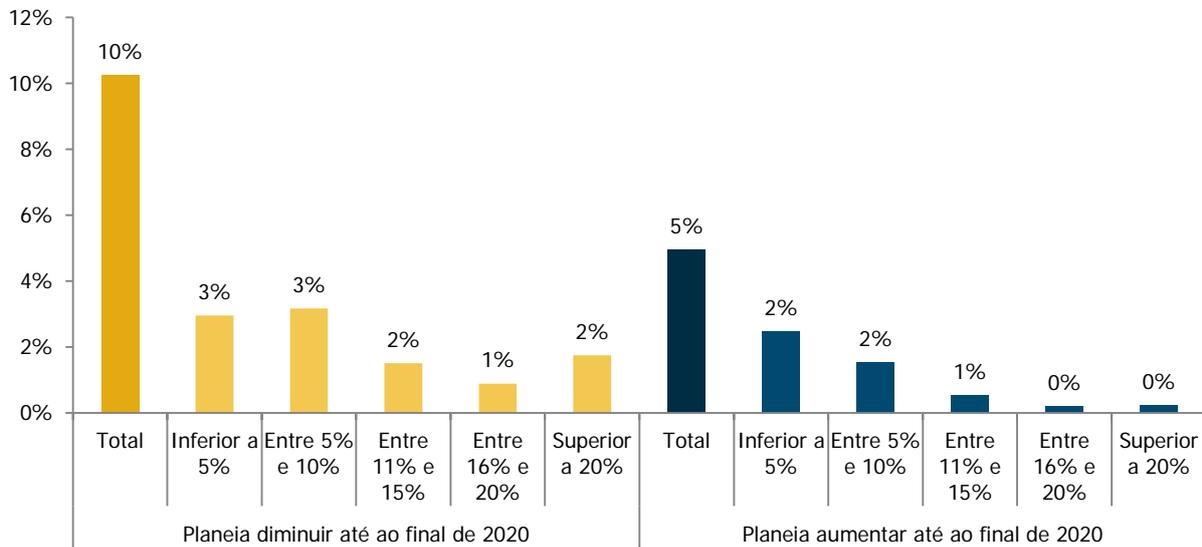
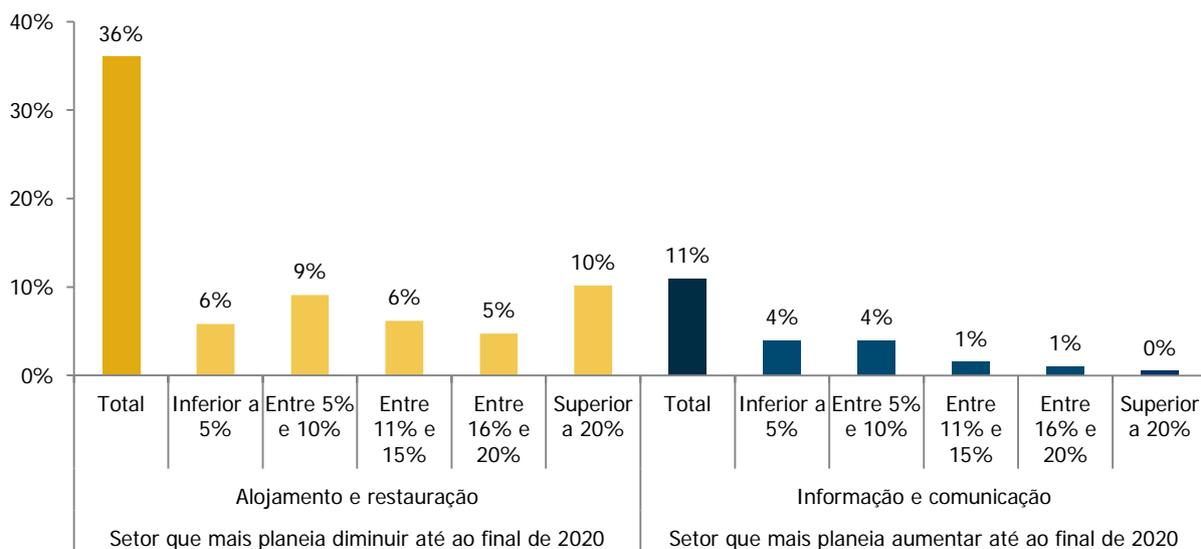


Figura 4 • Estimativa de evolução dos postos de trabalho na empresa até ao final de 2020, em % do total de empresas
Total das empresas respondentes



Setor de atividade



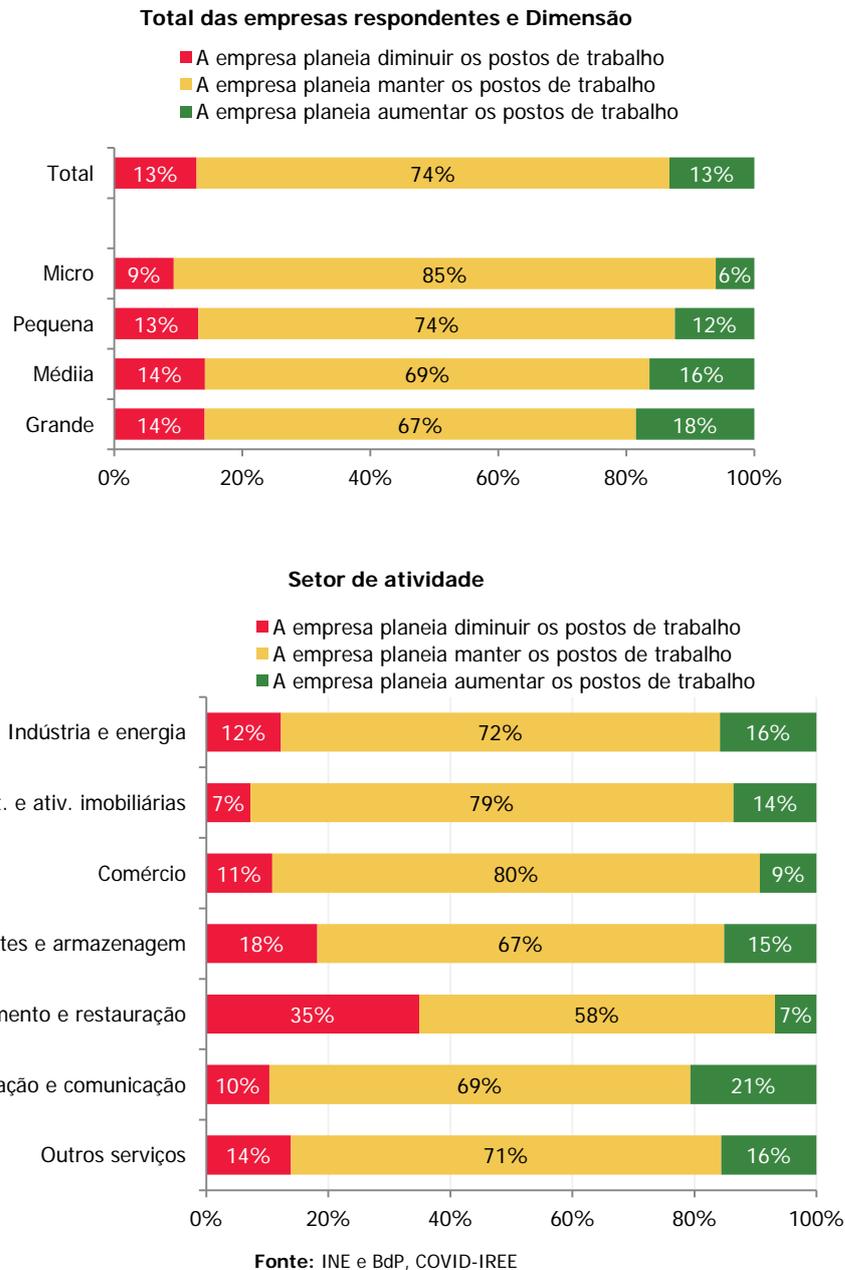
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Expetativa de evolução dos postos de trabalho das empresas em 2021, face à situação atual

74% das empresas planeiam manter os postos de trabalho em 2021

- Face à situação atual, 74% das empresas respondentes planeiam manter os postos de trabalho em 2021. Estas empresas correspondem a 59% do total do pessoal ao serviço das empresas respondentes. A redução dos postos de trabalho em 2021 faz parte dos planos de 13% das empresas, enquanto o aumento dos postos de trabalho em 2021 está a ser equacionado também por 13% das empresas (estas empresas correspondem a 15% e 26%, respetivamente, do total do pessoal ao serviço).
- A proporção de empresas com intenção de redução dos postos de trabalho em 2021 é de 9% nas micro empresas, situando-se em torno dos 14% nas restantes classes de dimensão. A percentagem de empresas com planos de aumento dos postos de trabalho em 2021 regista uma clara tendência crescente com o aumento da dimensão das empresas, sendo de 6% entre as micro empresas e de 18% nas grandes empresas.
- O setor do *Alojamento e restauração* regista a maior percentagem de empresas (35%) com planos de redução dos postos de trabalho em 2021. Em contraste, as empresas do setor da *Informação e comunicação* são as que mais planeiam aumentar os postos de trabalho em 2021 (21%).

Figura 5 • Expectativa de evolução dos postos de trabalho das empresas em 2021, em % do total de empresas



Alterações permanentes na forma de trabalhar das empresas motivadas pela pandemia COVID-19

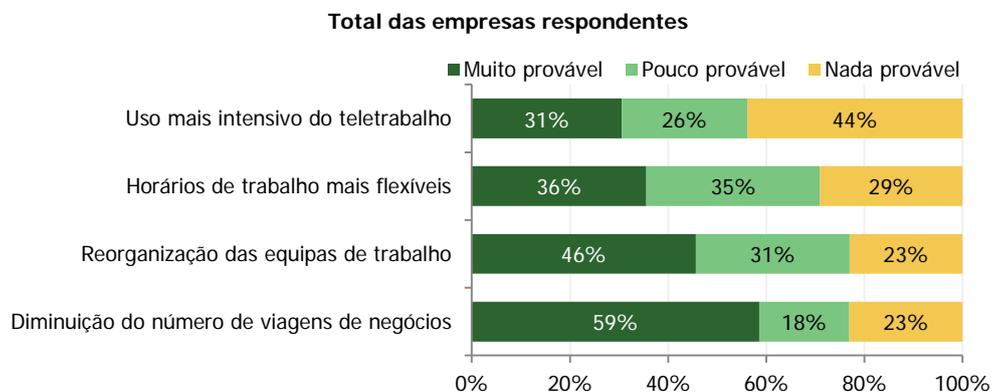
59% das empresas consideram muito provável diminuir de forma permanente o número de viagens de negócios

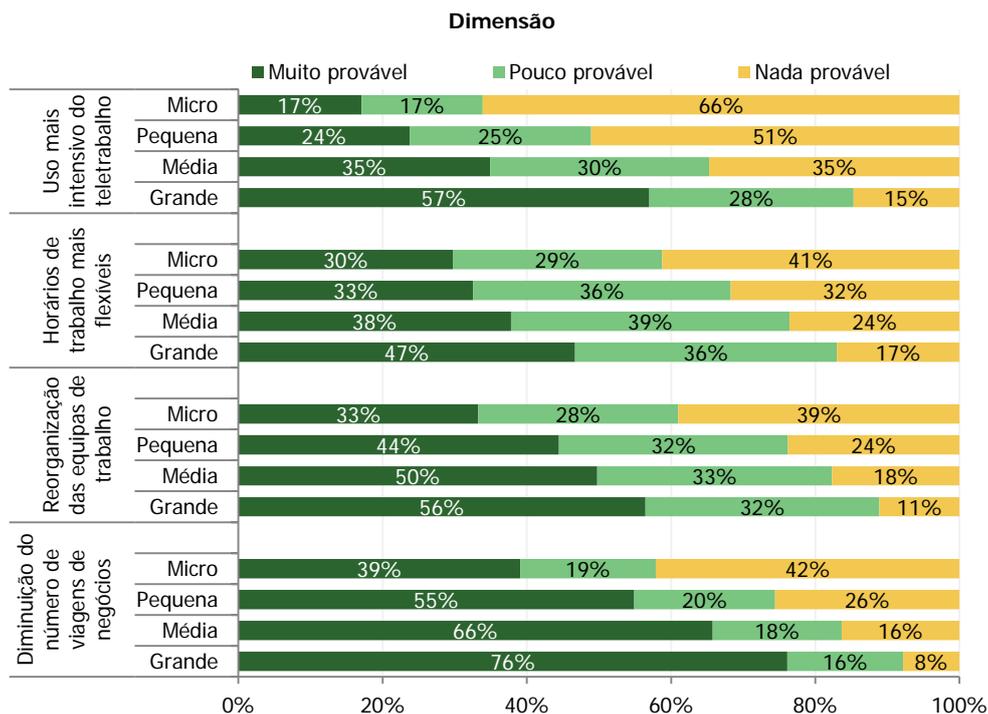
- Pelo menos 31% das empresas (consoante a alteração considerada) revelaram ser muito provável alterar de forma permanente a sua forma de trabalhar em consequência da pandemia COVID-19. Quase 60% das empresas considera muito provável reduzir de forma permanente o número de viagens de negócios e para 46% das empresas a reorganização das equipas de trabalho será também uma realidade muito provável. O uso mais

intensivo do teletrabalho foi referido por 31% das empresas como uma alteração muito provável na atual forma de trabalhar.

- Estas alterações são tanto mais prováveis de acontecer quanto maior a dimensão da empresa. Nas grandes empresas, a probabilidade de uma redução de forma permanente das viagens de negócios atinge os 92%, sendo muito provável para 76% destas empresas. O diferencial entre as grandes e as micro empresas é particularmente notório no que respeita ao uso mais intensivo do teletrabalho de forma permanente: muito provável em 57% das grandes empresas, 40 p.p. acima do registado nas micro empresas (17%).
- O setor da *Informação e comunicação* destaca-se pela elevada proporção de empresas que considera a possibilidade de alterar de forma permanente a sua forma de trabalhar. Neste setor, o uso mais intensivo do teletrabalho é considerado muito provável por 65% das empresas e os horários de trabalho mais flexíveis considerados muito prováveis para 58% das empresas deste setor. Em contraponto, surge o setor do *Alojamento e restauração* em que, pela própria natureza do seu negócio, 71% das empresas consideram nada provável o uso mais intensivo do teletrabalho de forma permanente. No entanto, a reorganização permanente das equipas de trabalho é uma possibilidade para as empresas deste setor, tendo sido considerada como muito provável por 58% destas empresas.

Figura 6 • Alterações permanentes na forma de trabalhar das empresas motivadas pela pandemia COVID-19, em % do total de empresas





Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

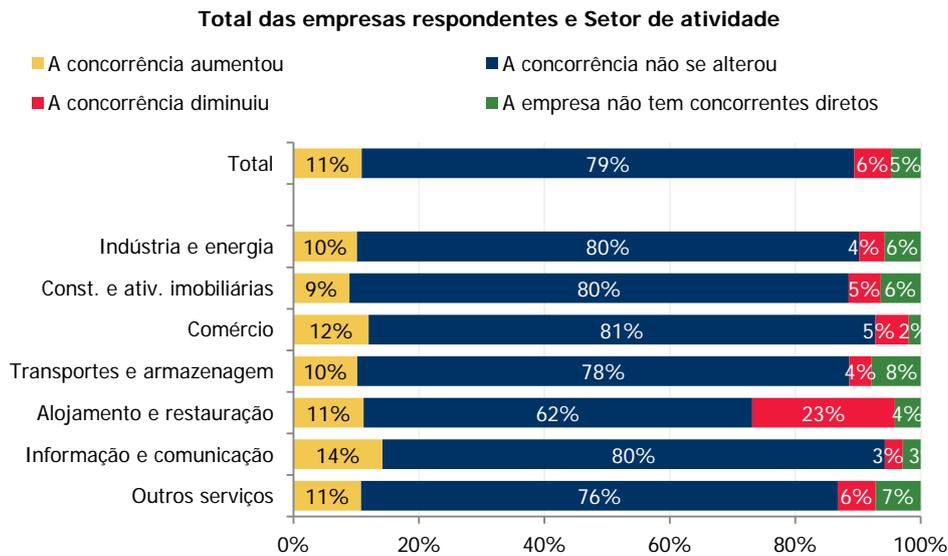
III. ANÁLISE DO MERCADO DAS EMPRESAS

Evolução do ambiente concorrencial no mercado onde operam as empresas, nos últimos 6 meses

79% das empresas consideram que o ambiente concorrencial no mercado onde operam não se alterou

- Para 79% das empresas o ambiente concorrencial no mercado onde operam não se alterou nos últimos seis meses. Das restantes, 11% das empresas consideram que o ambiente concorrencial aumentou, face a 6% que consideram que o mesmo diminuiu. Foram identificadas 5% de empresas sem concorrentes diretos.
- Destaque para o setor do *Alojamento e restauração* com 23% das empresas a referirem uma diminuição da concorrência. Em contraste, no setor da *Informação e comunicação*, 14% das empresas mencionou um acréscimo concorrencial no mercado de atuação.

Figura 7 • Evolução do ambiente concorrencial no mercado onde operam as empresas, em % do total de empresas



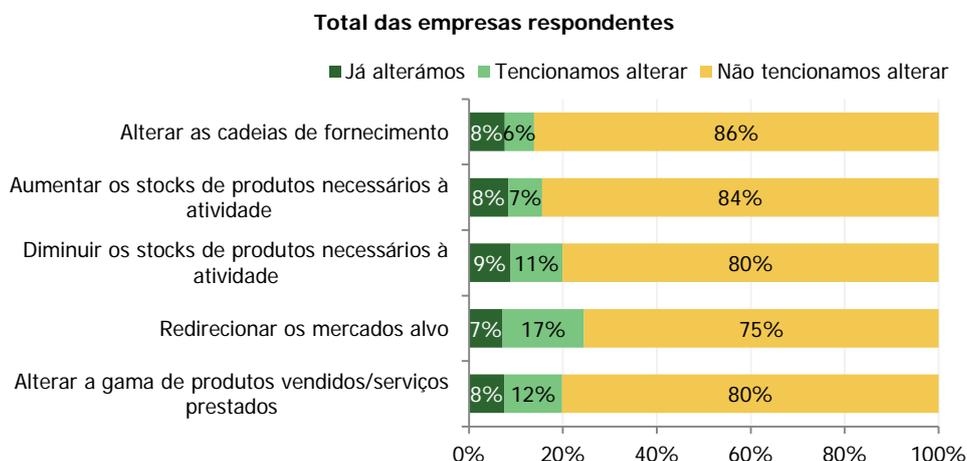
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Alteração de forma permanente da relação com os principais clientes / fornecedores

25% das empresas consideram redirecionar de forma permanente os mercados alvo de atuação

- A maioria das empresas não alterou nem tenciona alterar de forma permanente a relação com os principais clientes/fornecedores. Ainda assim, o redireccionamento dos mercados alvo de atuação é referido por 25% das empresas. Apenas 14% das empresas referem já ter alterado ou tencionam alterar as cadeias de fornecimento.
- O setor do *Alojamento e restauração* sobressai, com 57% das empresas a referir que já reduziram ou tencionam reduzir os *stocks* de produtos necessários à atividade. Este setor é também aquele em que mais empresas referem já ter redirecionado, ou tencionarem redirecionar, os mercados alvo de atuação (43% das empresas) e já ter alterado, ou tencionarem alterar, a gama de produtos vendidos (36% das empresas).

Figura 8 • Alteração de forma permanente da relação com os principais clientes / fornecedores, em % do total de empresas



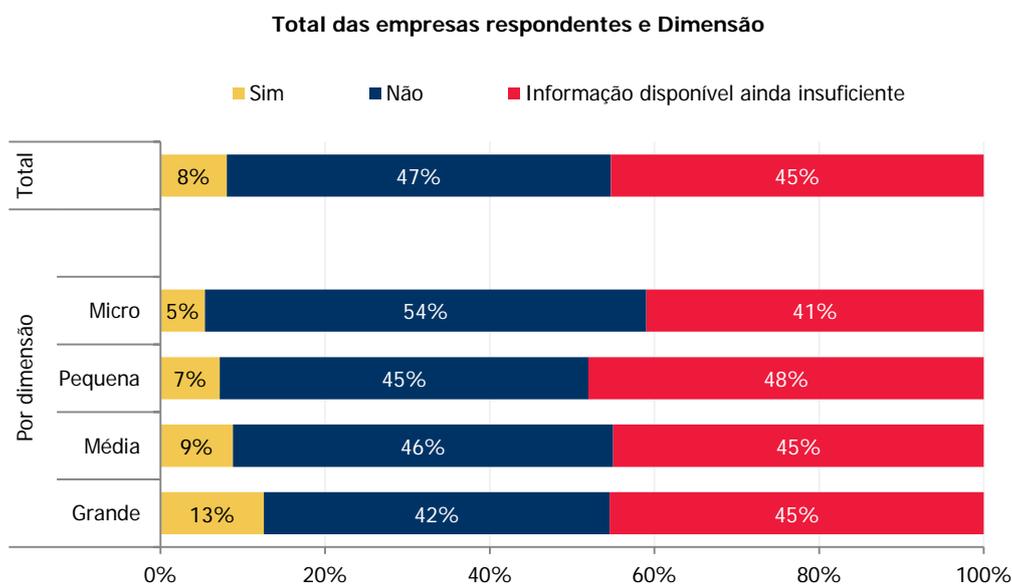
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

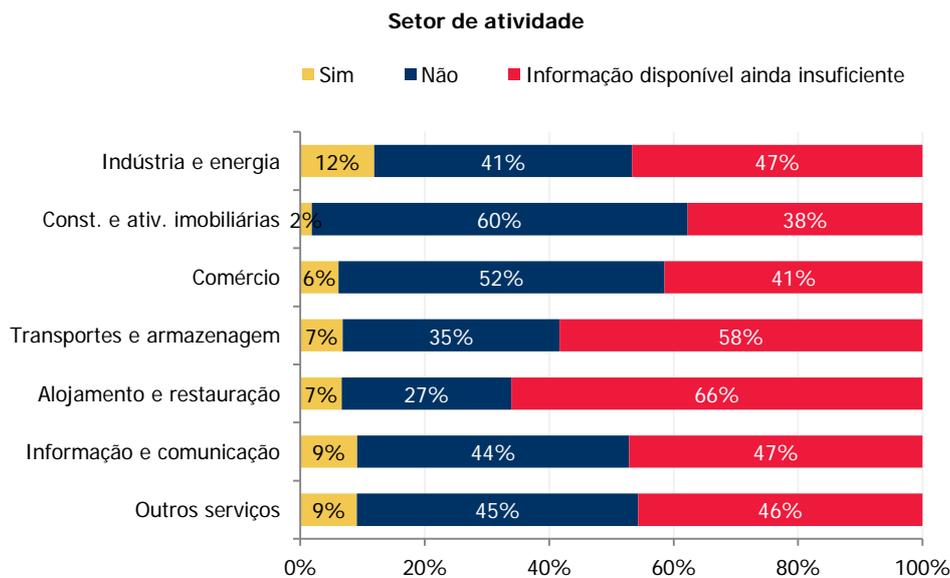
IV. RECURSO AOS FUNDOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (“NEXT GENERATION EU”) E ÁREAS DE APLICAÇÃO

8% das empresas tencionam recorrer aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência

- Apenas 8% das empresas respondentes referem a intenção de concorrer aos fundos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência. Para 45% das empresas não existe ainda informação disponível suficiente para uma tomada de decisão e 47% das empresas não pretendem concorrer a estes fundos.
- A intenção de recorrer aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência é crescente com a dimensão das empresas, tendo sido referida por 5% das micro e por 13% das grandes empresas.
- O setor da *Indústria e energia* tem a maior percentagem de empresas que tencionam concorrer aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (12%) e o setor da *Construção e atividades imobiliárias* tem a menor (apenas 2% das empresas). O *Alojamento e restauração* é o setor em que mais empresas referiram a ainda insuficiente informação disponível sobre esta matéria (66%).

Figura 9 • Intenção de concorrer aos fundos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (“Next Generation EU”), em % do total de empresas





Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

74% das empresas que tencionam recorrer aos fundos do plano de recuperação e resiliência consideram muito provável a sua aplicação na digitalização de processos produtivos

- 74% das empresas que responderam tencionar recorrer aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência consideram muito provável a sua aplicação na digitalização dos processos produtivos e 69% das empresas na capacitação dos trabalhadores para a digitalização. A capitalização da empresa e resiliência financeira também foi uma área apontada por 67% das empresas como muito provável. A aplicação muito provável dos fundos na redução das emissões/aumento da eficiência energética foi apontada por 60% das empresas.

Figura 10 • Áreas em que as empresas pretendem aplicar os fundos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência ("Next Generation EU"), em % do total de empresas que tencionam concorrer aos fundos



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

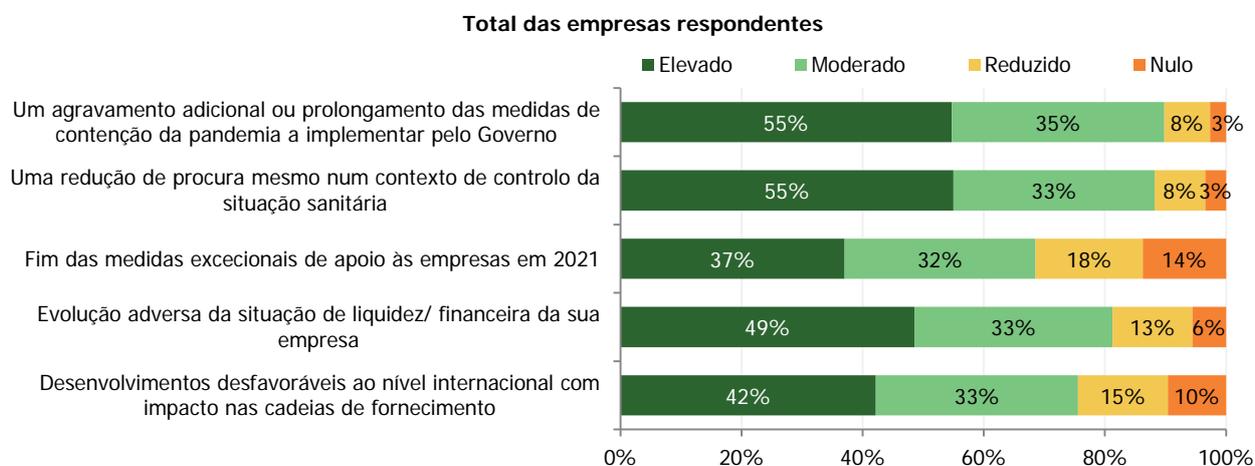
V. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS EMPRESAS

Preocupação das empresas face a diferentes cenários possíveis

90% das empresas manifestam um grau de preocupação elevado ou moderado face a um agravamento ou prolongamento das medidas de contenção da pandemia a implementar pelo Governo

- 55% das empresas manifestam uma preocupação elevada e 45% uma preocupação moderada face a um cenário de agravamento ou prolongamento das medidas de contenção da pandemia. Também um cenário de redução da procura é motivo de preocupação para 88% das empresas (elevada para 55%). A evolução adversa da sua situação de liquidez e financeira preocupa elevada ou moderadamente 81% das empresas (elevado para 49%). O potencial fim das medidas excecionais de apoio às empresas em 2021 constitui uma preocupação de grau elevado ou moderado para 69% das empresas (elevado para 37%).
- Por dimensão, um cenário de evolução adversa da situação de liquidez/financeira das empresas preocupa mais as empresas de menor dimensão, constituindo uma preocupação elevada ou moderada para 84% das micro empresas, face a 73% das grandes empresas. Situação semelhante ocorre com o cenário de fim das medidas excecionais de apoio às empresas em 2021, que é considerado preocupante de forma elevada ou moderada por 71% das micro empresas, face a 61% nas grandes empresas.
- O setor do *Alojamento e restauração* sobressai com mais de 90% das empresas a manifestar um grau de preocupação elevado ou moderado face à maioria dos cenários previstos.

Figura 11 • Grau de preocupação das empresas face a diferentes cenários possíveis, em % do total de empresas



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Tempo estimado de subsistência das empresas num cenário de agravamento das medidas de contenção da pandemia e de ausência de medidas adicionais de apoio

16% das empresas estimam conseguir subsistir, em média, 7,1 meses face a um cenário de agravamento das medidas de contenção da pandemia e de ausência de medidas adicionais de apoio

- 84% das empresas respondentes não prevê o encerramento num cenário de agravamento das medidas de contenção da pandemia e de ausência de medidas adicionais de apoio. Por outro lado, 16% das empresas estimam subsistir, em média, 7,1 meses, se tal cenário de agravamento se verificar. Numa distribuição por intervalos de tempo, 6% das empresas estimam subsistir apenas até 3 meses, 6% entre 4 e 6 meses, 4% entre 7 e 12 meses e 1% mais de 1 ano.
- A percentagem de empresas que preveem encerramento ao fim de alguns meses num cenário global de agravamento da pandemia é superior nas empresas de menor dimensão, sendo de 20% nas micro empresas, face a apenas 8% nas grandes empresas. Adicionalmente, o número médio de meses que as empresas estimam conseguir subsistir é superior nas empresas de maior dimensão: 9,7 meses nas grandes empresas, face a 6,4 meses nas micro empresas. Numa perspetiva de distribuição por intervalos de tempo, 15% das micro empresas estimam subsistir apenas até 6 meses, enquanto nas grandes empresas esta percentagem é de 5%.
- O setor do *Alojamento e restauração* será claramente o mais afetado por um eventual cenário de agravamento das condições pandémicas, com 42% das empresas a referirem conseguir subsistir apenas alguns meses. Nos restantes setores esta percentagem ficou abaixo dos 20%. Face ao eventual cenário de agravamento global, as empresas do setor do *Alojamento e restauração* conseguiriam subsistir, em média, 5,3 meses, abaixo da média total. Em particular, 33% das empresas deste setor revelaram conseguir subsistir apenas até 6 meses num contexto de agravamento do cenário atual, o que compara com uma média em torno dos 11% nos restantes setores. O setor dos *Transportes e armazenagem* apresenta o tempo médio de subsistência mais elevado (11,6 meses).

Figura 12.1 • Tempo estimado que as empresas conseguirão subsistir num cenário de agravamento das medidas de contenção da pandemia e de ausência de medidas adicionais de apoio, em % do total de empresas e N° médio de meses

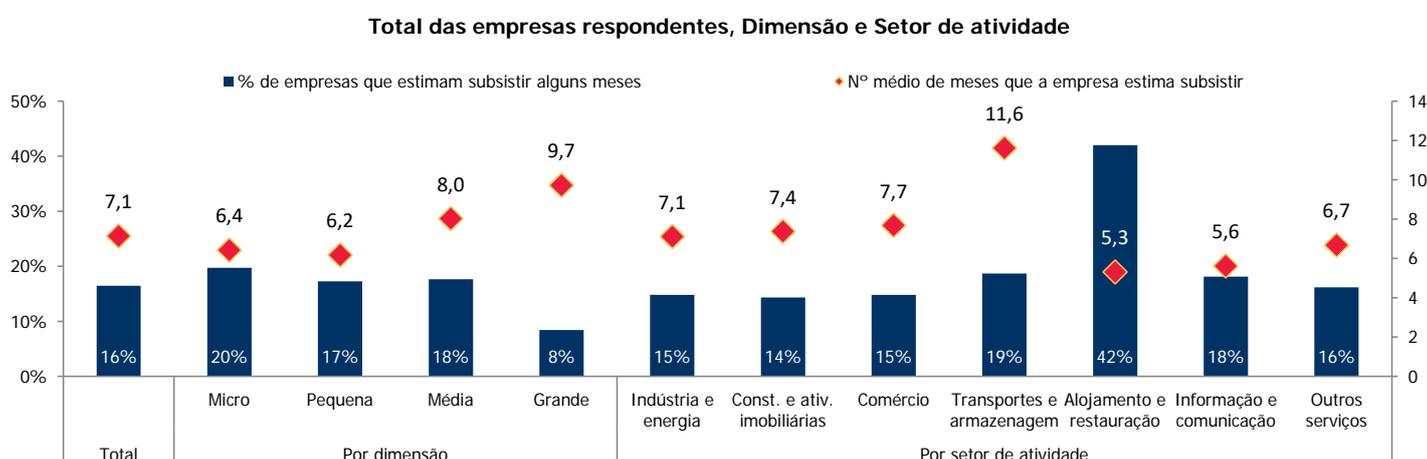
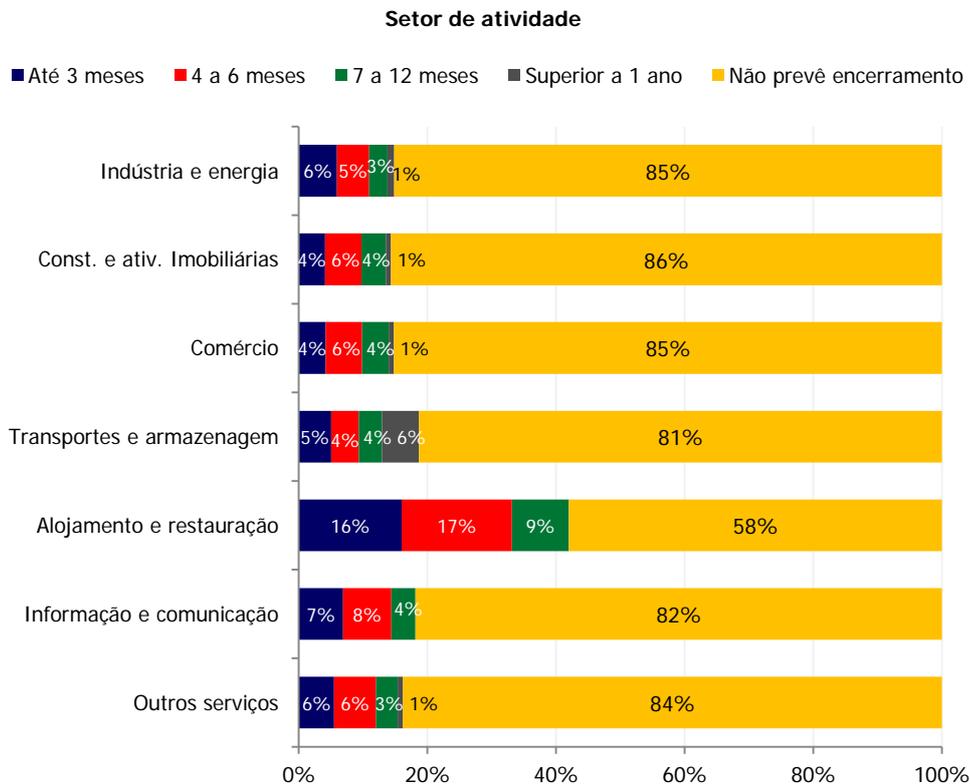
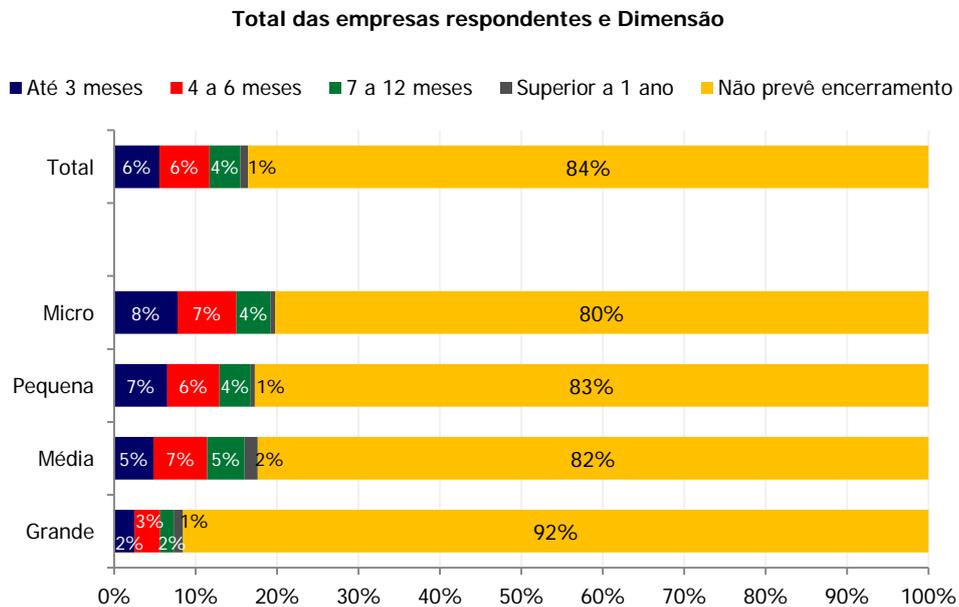


Figura 12.2 • Tempo estimado que as empresas conseguirão subsistir num cenário de agravamento das medidas de contenção da pandemia e de ausência de medidas adicionais de apoio, em % do total de empresas por intervalos de tempo



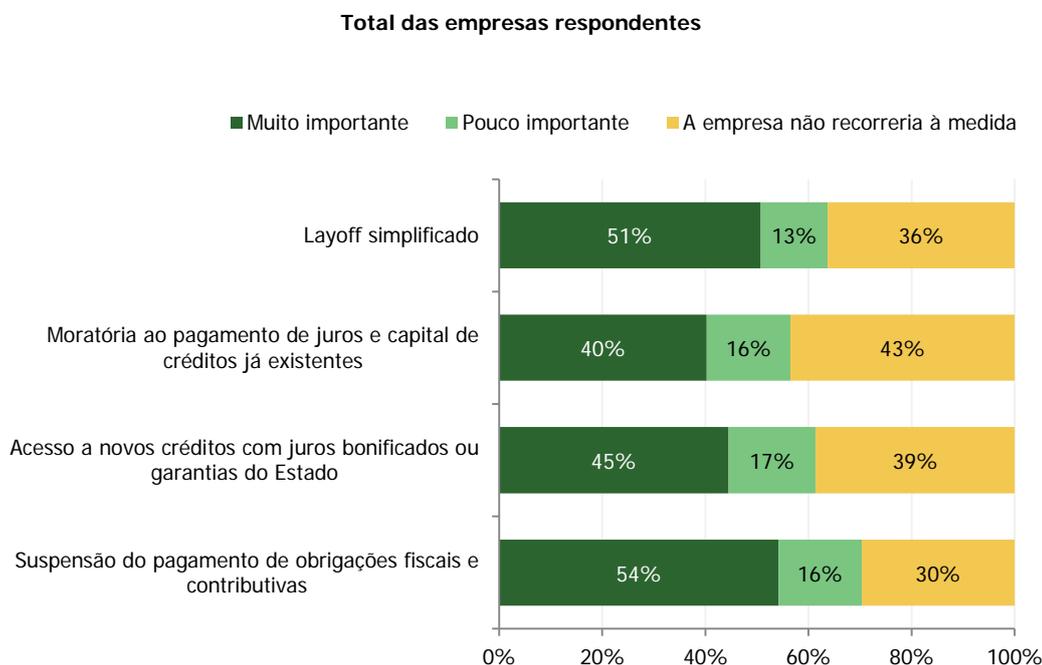
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Importância para as empresas de uma possível extensão das medidas de apoio do Governo, face a um cenário de agravamento das medidas de contenção próximo do observado durante o estado de emergência (em março/abril de 2020)

Pelo menos 40% das empresas consideram muito importante um prolongamento, reposição ou alargamento das medidas de apoio do Governo, face a um cenário de agravamento das medidas de contenção

- Num cenário de agravamento das medidas de contenção (semelhante ao observado durante o estado de emergência que vigorou em março e abril), uma proporção significativa de empresas considera que seria muito importante estender as medidas de apoio do Governo: 54% no caso da suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas, 51% no *layoff* simplificado, 45% no acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado e 40% no caso da moratória.
- Em contraste, uma percentagem igual ou superior a 30% das empresas, consoante a medida, não recorreriam às medidas de apoio do Governo num eventual cenário de agravamento das medidas de contenção.
- A percentagem de empresas que consideram que seria muito importante estender as medidas de apoio num cenário de agravamento das medidas de contenção é mais significativa no grupo das micro, pequenas e médias empresas (PME) do que nas grandes empresas. No entanto, no caso do *layoff* simplificado, a proporção de empresas é muito idêntica (51% nas PME e 50% nas grandes empresas). A suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas é considerada muito importante por mais de metade das PME: 59% das micro, 58% das pequenas e 52% das médias empresas. Por outro lado, mais de metade das grandes empresas não recorreria à moratória ao pagamento de juros e capital (54%).
- O setor do *Alojamento e restauração* destaca-se, uma vez mais, com a maior percentagem de empresas a atribuir importância a um possível prolongamento, reposição ou alargamento das medidas de apoio do Governo, face a um cenário de agravamento das medidas de contenção. Quase 90% das empresas deste setor consideram muito importante o alargamento ou reposição do *layoff* simplificado e 79% atribuem grande importância à suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas. Destaque ainda para o setor da *Informação e comunicação* em que mais de metade das empresas não recorreria à moratória ao pagamento de juros num eventual cenário de agravamento pandémico (53%).

Figura 13 • Grau de importância para as empresas de um possível prolongamento, reposição ou alargamento das medidas de apoio do Governo, face a um cenário de agravamento das medidas de contenção próximo do observado durante o estado de emergência, em % do total de empresas



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Tempo estimado para que a atividade das empresas volte ao normal, admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021

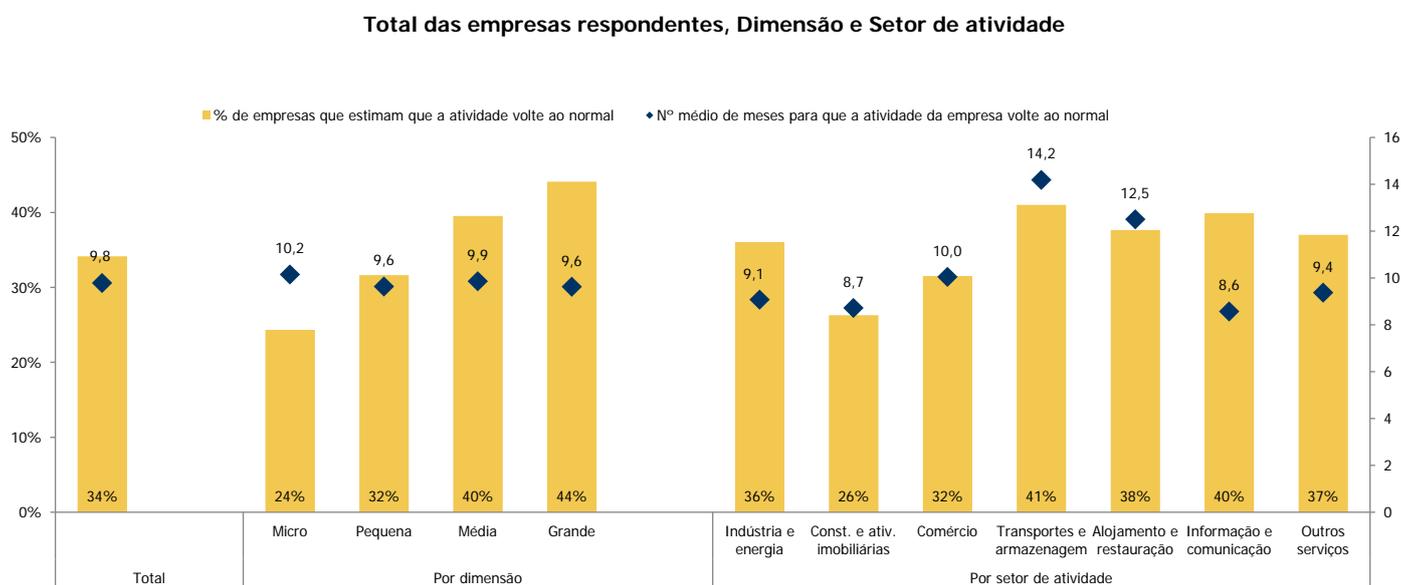
Num cenário de controlo efetivo da pandemia em 2021, 34% das empresas consideram que a atividade já voltou ou voltará ao normal num intervalo médio de 9,8 meses

- 34% das empresas respondentes estimam que a atividade já voltou ou voltará ao normal num cenário de controlo efetivo da pandemia em 2021. Em média, estas empresas estimam que o retorno à normalidade ocorra daqui a 9,8 meses. No mesmo contexto, 4% das empresas não preveem o retorno ao nível normal e 62% não conseguem antecipar se o seu volume de negócios voltará ou não ao nível normal (respostas “Não sabe/ não responde”).
- A percentagem de empresas que estimam que a atividade já voltou ou voltará ao normal, admitindo um cenário de controlo efetivo da pandemia, aumenta com a dimensão da empresa, situando-se em 44% nas grandes empresas e 24% nas micro empresas.
- O setor da *Construção e atividades imobiliárias* contém a menor proporção de empresas que já retomaram ou esperam retomar o nível normal de atividade (26%), seguido pelo do *Comércio* (32%). No extremo oposto, encontram-se os *Transportes e armazenagem* e a *Informação e comunicação* (41% e 40%, respetivamente). Admitindo o controlo efetivo da pandemia, as empresas do setor dos *Transportes e armazenagem* são as que,

em média, necessitam de mais tempo para que a atividade regresse à normalidade (14,2 meses). Já no setor da *Informação e comunicação*, o tempo médio estimado é substancialmente inferior (8,6 meses).

- Numa distribuição por intervalos de tempo, e considerando o conjunto total de respondentes excluindo os “Não sabe/ não responde”, verifica-se que 2% do total das empresas já recuperaram o nível normal da sua atividade, 47% estimam conseguir fazê-lo entre 1 e 6 meses e 26% entre 7 e 12 meses. Para 15% das empresas o tempo estimado para o retorno à normalidade será superior a 1 ano e para 10% não existe a perspetiva de um retorno à normalidade.
- Por dimensão da empresa, 23% das grandes empresas estimam que a sua atividade volte ao normal entre 1 a 3 meses, enquanto nas micro empresas esta percentagem é de apenas 14%.
- No setor do *Alojamento e restauração* apenas 11% das empresas estimam que a sua atividade volte ao normal entre 1 e 3 meses, face a uma percentagem superior nos restantes setores, nomeadamente, nos setores da *Indústria e energia* e da *Informação e comunicação* onde esta percentagem atinge os 24% e os 23%, respetivamente. No setor da *Informação e comunicação*, 7% das empresas referem já ter recuperado o nível normal da atividade.

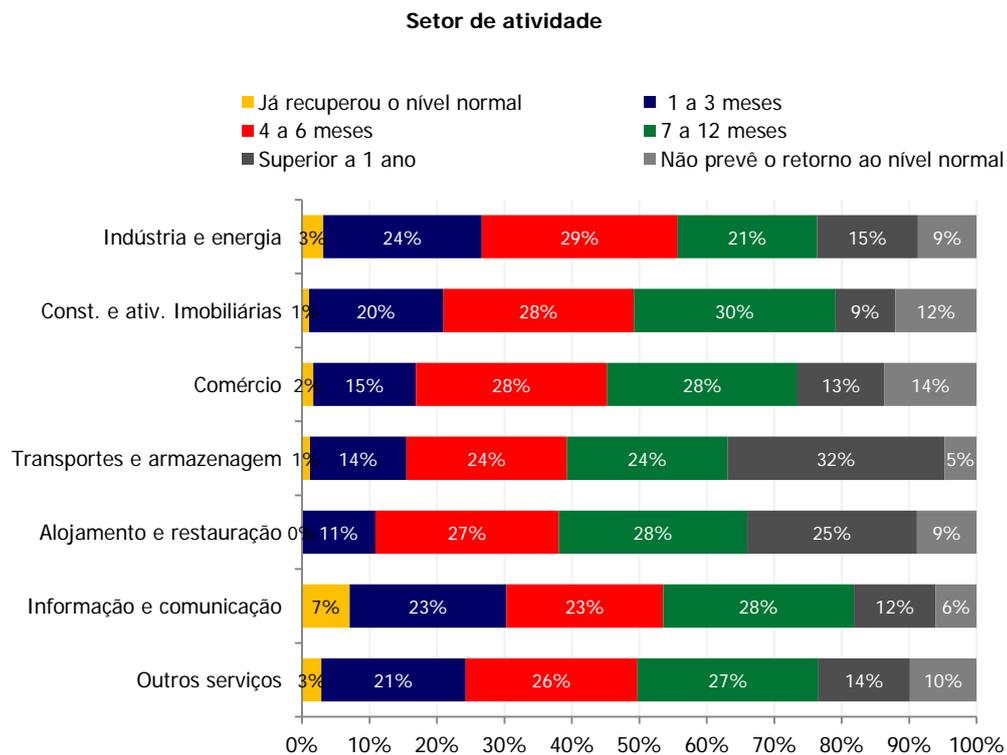
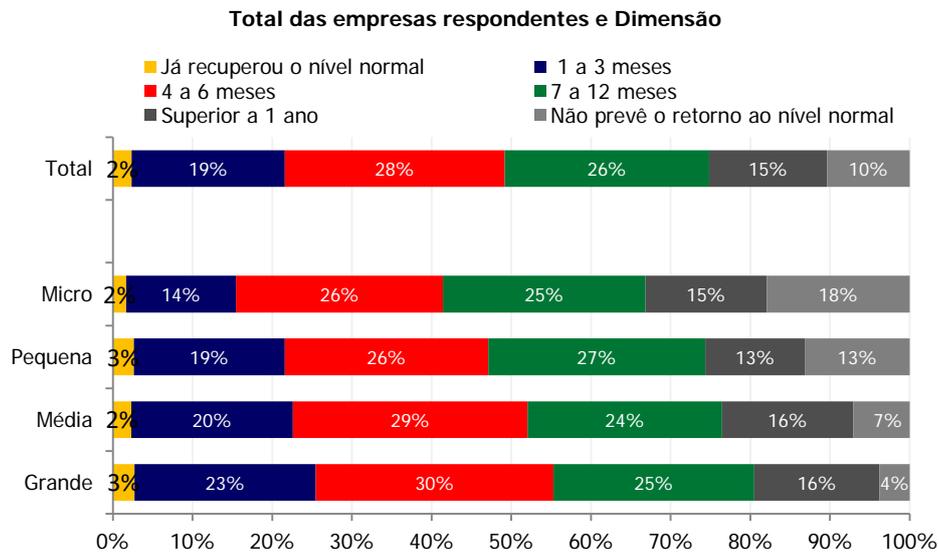
Figura 14.1 • Tempo estimado para que a atividade das empresas volte ao normal admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021, em % do total de empresas e Nº médio de meses



Nota: O apuramento do tempo médio para regressar ao nível normal inclui as empresas que já atingiram este nível.

Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Figura 14.2 • Tempo estimado para que a atividade das empresas volte ao normal admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021, em % do total de empresas por intervalos de tempo



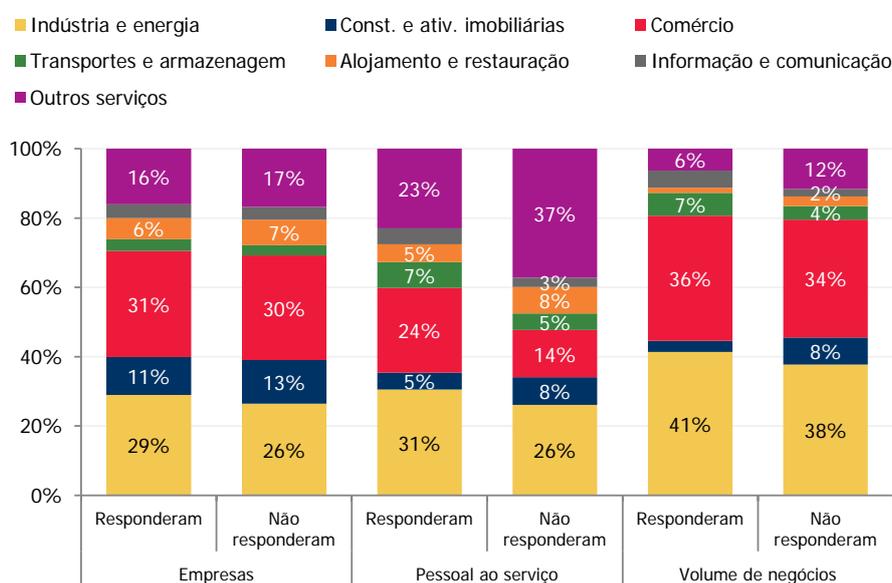
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Nota técnica

Os dados estatísticos divulgados nesta nota informativa correspondem aos recolhidos pelo Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas – COVID-19 (COVID-IREE), no período de 11 a 19 de novembro de 2020, com referência ao mês de novembro de 2020. O inquérito foi dirigido a um conjunto alargado de empresas de micro, pequena, média e grande dimensão representativas dos diversos setores de atividade económica, sendo a amostra de 8.875 empresas. Foram obtidas 5 837 respostas válidas, o que representa uma taxa de resposta global de 65,8%. As empresas respondentes representam 67,9% do pessoal ao serviço e 76,3% do volume de negócios da amostra.

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição entre respostas e não respostas, do número de empresas, do pessoal ao serviço e do volume de negócios, em % do total de empresas da amostra, por setores de atividade económica:

Figura 15 • Estrutura do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, em % do total de empresas que responderam e não responderam, por setor de atividade



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

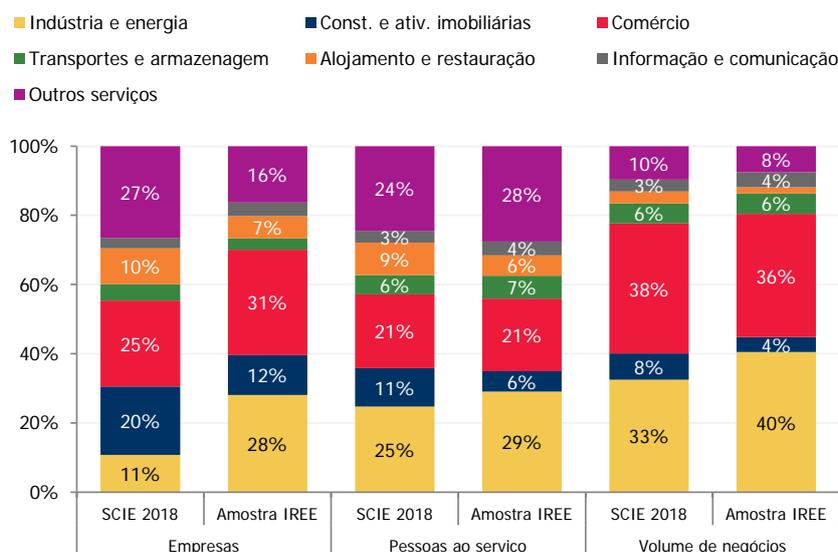
Aplicando um simples modelo *Probit* para avaliar a probabilidade de resposta ao inquérito, observou-se uma menor probabilidade de resposta das micro e pequenas empresas, sendo de acautelar na análise o possível enviesamento daí decorrente. Não se detetou contudo evidência de enviesamento associado ao setor de atividade da empresa.

Os resultados deste inquérito são sempre indicados como respeitantes às empresas respondentes em cada semana de inquirição, não se procedendo a qualquer extrapolação dos resultados para o universo de empresas (ver documentação metodológica associada ao novo Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas (COVID-IREE) disponível em:

<http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1593>

A amostra deste inquérito corresponde basicamente à integração das amostras subjacentes aos inquéritos mensais ao volume de negócios da indústria, construção, comércio e serviços, acrescida de cerca de três centenas de empresas, visando completar os setores de atividade representados. A informação de contexto desta amostra tem como referência o Sistema e Contas Integradas das Empresas (SCIE 2018). Na figura seguinte apresenta-se, por setor de atividade, as estruturas do número de empresas, do pessoal ao serviço e do volume de negócios na amostra do COVID-IREE e no universo de empresas – SCIE 2018.

Figura 16 • Estrutura do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, do universo das empresas (SCIE 2018) e da amostra do Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas



Fonte: INE, SCIE e COVID-IREE

Este inquérito começou por ter frequência semanal de modo a obter informação de carácter urgente sobre as consequências da atual pandemia (COVID-19) na atividade empresarial, tendo passado para uma frequência quinzenal após a cessação do estado de emergência mas em que se manteve um conjunto de limitações à atividade económica. Considerando a evolução das restrições à atividade económica decorrentes da pandemia COVID-19, o questionário esteve suspenso desde o passado mês de agosto. Contudo, atendendo ao agravamento das condições de emergência sanitária, o INE e o BdP decidiram realizar mais uma edição do inquérito, com um conjunto reformulado de questões visando efetuar uma avaliação global dos efeitos da pandemia. Nesta divulgação de resultados foram considerados:

- 4 grupos de dimensão da empresa: Micro empresa (número de pessoas ao serviço < 10 e volume de negócios ≤ 2 milhões de euros); Pequena empresa (número de pessoas ao serviço < 50, volume de negócios ≤ 10 milhões de euros e não classificada como micro empresa); Média empresa (número de pessoas ao serviço < 250, volume de negócios ≤ 50 milhões de euros e não classificada como micro ou pequena empresa); e Grande empresa (número de pessoas ao serviço ≥ 250 ou volume de negócios > 50 milhões de euros);
- 7 grupos de atividade económica: Indústria e energia (secções B a E da CAE Rev.3), Construção e imobiliárias (secções F e L da CAE Rev.3), Comércio (secção G da CAE Rev.3), Transportes e armazenagem (secção H da CAE Rev.3), Alojamento e restauração (secção I da CAE Rev.3), Informação e comunicação (secção J da CAE Rev.3), e Outros serviços (secções M a S da CAE Rev.3, exceto secção O). Esta classificação tem como referência a nomenclatura A10 do Sistema Europeu de Contas (SEC2010).

Siglas:

%	Percentagem
BdP	Banco de Portugal
CAE-Rev.3	Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3
COVID-19	Novo coronavírus
COVID-IREE	Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas – COVID-19
INE	Instituto Nacional de Estatística
PME	Micro, pequenas e médias empresas
VVN	Volume de negócios

Informação aos utilizadores: Por uma questão de simplificação, ao longo deste destaque foram excluídas da representação gráfica as opções de resposta “Não sabe/Não responde” e “Não aplicável”, com exceção da Figura 14.1 atendendo ao elevado número de respostas obtidas na opção “Não sabe/Não responde”. Contudo, a informação integral poderá ser consultada nos quadros anexos a este destaque. Por questões relacionadas com o arredondamento dos valores, os totalizadores, em valor ou percentagem, podem não corresponder exatamente à soma das suas parcelas.